

AMANTES OU MESTRES? – SOBRE DAVID HUME,
MULHERES E CASAMENTOS

Lovers or Masters? - On David Hume, Women and Marriages

Marcos Balieiro

Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, Brasil.

ORCID: 0000-0002-0037-7647

E-mail: marcos.balieiro@gmail.com

Resumo

Trata-se de analisar a maneira como David Hume estabelece suas concepções sobre o casamento, entendido como prática típica da Europa de seu tempo. Em um primeiro momento, pretende-se apresentar as considerações que o autor tece a esse respeito no ensaio Da Poligamia e dos Divórcios. Em seguida, defender-se-á que a maneira favorável como o filósofo se refere a essa instituição é inseparável de sua visão acerca da sociabilidade polida, que, para ele, é inseparável da galanteria. Por fim, a partir de textos de Mary Astell e Sarah Chapone, empreender-se-ão esforços para mostrar que as teses de Hume sobre o casamento seriam consideradas, já no século XVIII, como perigosamente desfavoráveis para as mulheres, quando se considera o que autoras mulheres escreviam sobre o tema.

Palavras-chave: *Século XVIII; casamento; mulheres; polidez; galanteria.*

¿Cómo citar?: Balieiro, M. (2025). Amantes ou mestres? – sobre David Hume, mulheres e casamentos. *Praxis Filosófica*, (61S), e20614299. <https://doi.org/10.25100/pfilosofica.v0i61S.14299>

Recibido: 26 de junio de 2024. Aprobado: 31 de octubre de 2024.

Lovers or Masters? – On David Hume, Women and Marriages

*Marcos Balieiro*¹

Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, Brasil.

Abstract

The aim is to analyze how David Hume established his views on marriage, which are understood as a practice typical of the Europe of his time. Firstly, we will present his considerations on the subject in the essay Of Polygamy and Divorces. Next, it will be argued that the favorable way in which the philosopher refers to this institution is inseparable from his views on polite sociability, which, for him, is inseparable from gallantry. Finally, taking into account texts by Mary Astell and Sarah Chapone, an effort will be made to show that Hume's theses on marriage might be considered, even in the 18th century, to be dangerously unfavorable to women, considering what women authors wrote on the subject.

Key-words: *18th Century; Marriage; Women; Politeness; Gallantry.*

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Integrante da Associação Brasileira de Estudos do Século XVIII (ABES18) do Grupo Hume, do Grupo de Ética e Filosofia Política e do Viva Vox. Membro do núcleo de sustentação do GT Hume da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF). Dedicar-se a pesquisas sobre o pensamento de David Hume, o iluminismo escocês, a imagem da mulher na filosofia moderna e a relação entre filosofia e literatura.

¿Amantes o amos? – sobre David Hume, las mujeres y los matrimonios

Resumen

Se trata de analizar la manera en que David Hume establece sus concepciones sobre el matrimonio, entendido como una práctica típica de la Europa de su tiempo. En un primer momento, se pretende presentar las consideraciones que el autor formula al respecto en el ensayo Sobre la poligamia y los divorcios. A continuación, se defenderá que la manera favorable en la que el filósofo se refiere a esta institución es inseparable de su visión acerca de la sociabilidad refinada, la cual, para él, es inseparable de la galantería. Por último, a partir de textos de Mary Astell y Sarah Chapone, se intentará mostrar que las tesis de Hume sobre el matrimonio ya serían consideradas en el siglo XVIII como peligrosamente desfavorables para las mujeres, si se tiene en cuenta lo que autoras de la época escribían sobre el tema.

Palabras clave: *Siglo XVIII; matrimonio; mujeres; sociabilidad refinada; galantería.*

AMANTES OU MESTRES? – SOBRE DAVID HUME, MULHERES E CASAMENTOS

Marcos Balieiro

Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, Brasil.

I. Introdução

O ensaio *Da Poligamia e dos Divórcios* é lembrado frequentemente no âmbito de discussões acerca da maneira como as mulheres são retratadas no pensamento de David Hume. Costuma-se referenciar, mais particularmente, a seguinte passagem:

[...] pode-se afirmar, com mais razão, que a soberania do homem [*male*] é uma verdadeira usurpação, e destrói aquela proximidade de posição, para não dizer igualdade, que a natureza estabeleceu entre os sexos. Somos, por natureza, seus amantes, seus amigos, seus patronos. Trocariamos de bom grado esses termos carinhosos pelo título bárbaro de mestre e tirano?² (Hume, 1985, p.184)

Parte da literatura considera essa observação como uma entre várias passagens que poderiam tornar Hume um autor bastante à frente de seu tempo. Annette Baier (1979), por exemplo, evoca *Da Poligamia e dos Divórcios* de maneira acessória, no contexto de uma discussão acerca das virtudes da modéstia e da castidade. A comentadora lembra, a esse respeito, a consideração, por parte de Hume, de que essas “virtudes femininas” seriam necessárias para garantir aos homens a segurança de que seriam os pais dos filhos de suas parceiras. Longe de considerar isso um indício de sexismo, ela defende que a preocupação do filósofo seria garantir um terreno para o florescimento da “virtude masculina da gentileza com os filhos” (Baier, 1979, p. 17). Lívia Guimarães (2004), por sua vez, vê o trecho supracitado como um motivo para, no mínimo, tratar com cautela certas passagens em que Hume se expressa de maneira que, hoje, consideraríamos sexista. A estudiosa brasileira conclui que o filósofo pretenderia estabelecer o que ela chama de filosofia galante, na qual teriam parte suas leitoras.

Por outro lado, é possível identificar, também, interpretações menos lisonjeiras. Em artigo bastante crítico à interpretação de Baier, Christine

² A tradução dessa passagem inclui sugestões de avaliador anônimo que elaborou parecer deste texto para a *Praxis Filosófica*. As traduções das demais passagens são apenas minhas.

Battersby (1980) lembra que a expressão “para não dizer igualdade” é ambígua, e que “pode-se afirmar, com mais razão” não é uma fórmula que caracterizaria grandes compromissos. Battersby observa, ainda, que, nos parágrafos seguintes, “Hume não desenvolve esse ponto acerca da relativa ‘proximidade de posição’ entre macho e fêmea, mas argumenta contra a poligamia com base em que ela não beneficia os interesses do macho” (Battersby, 1980, p. 305). Essa interpretação seria endossada, posteriormente, por Pulley (2020).

Um elemento comum nesses estudos é que, em geral, eles se ocupam, principalmente, da relação entre a passagem acima e outros textos de Hume. Isso não é um problema quando se considera que as posições do autor acerca de vários elementos referentes ao chamado *fair sex* estão difusas por várias de suas obras. Por outro lado, pode ser interessante empreender uma análise do trecho mencionado inicialmente no contexto do próprio ensaio sobre poligamia e divórcios. Com isso, é possível iniciar uma discussão sobre um aspecto importante, a saber, a posição de Hume acerca do casamento como instituição característica da Europa moderna. A partir daí, pode-se ler a passagem mencionada no início tanto em relação com outras obras de Hume quanto em comparação com escritos de mulheres filósofas da Inglaterra dezoitista. Como resultado, será possível não apenas realizar uma avaliação das posições do autor a partir dos dias atuais (o que já fiz em outro texto³), mas, também, apresentar alguns apontamentos sobre como posições similares às de Hume poderiam ser vistas por ao menos parte das escritoras de seu tempo.

II. O casamento em *Da Poligamia e dos Divórcios*

Hume inicia sua discussão sobre poligamia e divórcios definindo o casamento como “um compromisso em que se entra por consentimento mútuo, e tem por seu fim a propagação da espécie” (Hume, 1985, p. 181). Desse modo, “é evidente que ele deve ser suscetível a uma variedade de condições, que o consentimento estabelece, desde que não sejam contrárias a esse fim (Hume, 1985, p. 181). Um homem, segundo o autor, teria apenas dois tipos de deveres no que diz respeito ao casamento. Com relação à mulher, deveria cumprir com o que foi acordado. Quanto aos filhos, teria a obrigação de prover sustento e educação, motivado por laços de natureza e de humanidade. Cumpridas essas duas condições, não haveria que se falar em injustiça.

³ Ver Balieiro (2024).

O resultado, bastante evidente, é que diferentes arranjos que cumprissem os propósitos do casamento seriam possíveis. De fato, Hume afirma que, se não fosse pelas restrições impostas por lei, cada casamento seria diferente dos outros. A seguir, o filósofo nos apresenta, à guisa de confirmação dessa tese, exemplos de maneiras distintas pelas quais o casamento teria sido regulado. Destaca, por exemplo, certo período da história ateniense em que, tendo a população sido dizimada por guerras e doenças, os homens tiveram permissão para se casar com duas mulheres cada, para compensar os resultados das calamidades. Menciona, ainda, relato da *Histoire des Sevarambes*, de Denis Vairasse, afirmando que, em situações nas quais haveria muitos homens e poucas mulheres sobreviventes em naufrágios, o capitão poderia, para evitar querelas, tomar para si uma bela mulher, e atribuir uma a cada par de oficiais inferiores, e uma a ser compartilhada por cada cinco marinheiros de posições inferiores⁴. Lembra, também, que, entre os bretões, era possível que um grupo de homens constituísse uma pequena sociedade, e um mesmo número de mulheres os esposaria em comum, devendo as crianças serem consideradas filhas de todas as pessoas do grupo. A natureza teria facultado ao homem a possibilidade de determinar os aspectos particulares do casamento. Todas as regulações a esse respeito, então, seriam “igualmente legítimas, e igualmente conformes aos princípios da natureza, ainda que não sejam todas igualmente convenientes, ou igualmente úteis à sociedade” (Hume, 1985, p. 183).

É nesse momento que Hume introduz o tema da poligamia e dos divórcios voluntários. Não se trata de defender que essas práticas estão mais ou menos de acordo com a natureza, mas de discutir suas vantagens e desvantagens. Observe-se que a poligamia é apresentada como um costume que vicejou em “nações do Leste” (Hume, 1985, p. 183), sendo mencionados, especificamente, os turcos e os persas. Defensores dessa prática considerariam que ela compensaria a escravidão que as mulheres poderiam impor aos homens, dotados de paixões violentas no que diz respeito ao sexo oposto. Como um soberano enfraquecido, o homem que tem várias esposas, diante das complicações de lidar com as intrigas de suas “súditas”, deveria praticar a velha máxima de dividir para conquistar, “jogar uma facção contra outra e tornar-se [o soberano] absoluto por conta dos ciúmes mútuos das fêmeas” (Hume, 1985, p. 184). É em seguida a essa consideração que se encontra a passagem sobre ser possível defender “com mais razão” que tal soberania seria uma usurpação, e que os homens devem ser “amantes”,

⁴ O relato feito por Hume é impreciso. Como Eugene Miller observa na terceira nota que insere em sua edição do ensaio, segundo o livro de Vairasse, cada oficial principal poderia ter uma mulher exclusivamente para si. Ver Hume, 1985, p. 182.

“amigos” e “patronos” das mulheres. Depois dela, Hume considera, ainda, que o amante seria aniquilado com a prática da poligamia, já que não se pode fazer a corte a mulheres que não dispõem de si próprias. O marido, por sua vez, perderia todos os aspectos do amor, à exceção do ciúme. O ciúme, aliás, tenderia a prejudicar, também, a amizade, já que ninguém receberia um amigo em sua casa, para evitar “trazer um amante para suas inúmeras esposas” (Hume, 1985, p. 184).

A poligamia é apresentada, em seguida, como desvantajosa no que diz respeito à criação dos filhos e ao tratamento das mulheres. Crianças que crescem em um ambiente de escravidão, segundo Hume, aprenderiam a ser apenas ou escravas ou senhoras, esquecendo a “igualdade natural da humanidade” (Hume, 1985, p. 185). Além disso, seria impossível que alguém com grande número de esposas, gerando crianças com boa parte delas, desse atenção a todas as suas crias. Já no que diz respeito ao tratamento das esposas, o filósofo se concentra nas opressões sofridas pelo belo sexo em países orientais. Lembra, a esse respeito, por exemplo, o relato oferecido por Tournefort em sua *Relation d'un Voyage du Levant*, que narra uma situação em que teria havido a necessidade de examinar as mulheres de um *seraglio* apenas por “braços nus, que saíam de um dos lados da sala” (Hume, 1985, p. 186), para identificar uma doença. Hume lembra, também, dos costumes chineses, que levavam à atrofia dos pés das mulheres. Percebe-se que o objetivo seria mostrar que os costumes europeus, caracterizados pela monogamia, resultariam em tratamento mais humano para o chamado belo sexo.

No que diz respeito ao divórcio, é associado, no contexto do ensaio, a antigos gregos e romanos. Os argumentos que Hume considera que poderiam ser levantados em favor dessa prática dizem respeito à manutenção do amor de um casal. Isso porque, sendo contrário ao interesse público que se possa experimentar a variedade por meio de um grande número de relacionamentos amorosos, deveria ser possível, ao menos, preservar a liberdade, sem a qual o desejo se tornaria aversão. Escolher um casamento que devesse durar por toda a vida, nesse sentido, equivaleria apenas a escolher a própria prisão.

Hume apresenta três argumentos para refutar essas considerações. O primeiro é que, em caso de divórcio, as crianças passariam a depender dos cuidados de uma madrasta, que não seria tão zelosa. Em segundo lugar, o autor lembra que, por mais ciosa de sua liberdade que uma pessoa seja, é natural que se perca qualquer inclinação por algo que é considerado inatingível⁵. Finalmente, seria perigoso unir duas pessoas tão intimamente,

⁵ Hume ecoa, aqui, um aspecto importante da relação entre razão e paixões que vemos desde a Parte 3 do Livro 2 do *Tratado da Natureza Humana*.

no que diz respeito a todos os seus interesses, sem tornar essa união tão completa quanto possível, já que “[a] esposa, insegura de estar bem estabelecida, ainda perseguirá algum fim ou projeto separado, e o egoísmo do marido, acompanhado de mais poder, será ainda mais perigoso” (Hume, 1985, p. 189). À guisa de reforço, o autor recorre à história, lembrando que, na antiga Roma, o momento em que os divórcios eram mais frequentes foi justamente aquele em que os casamentos eram mais raros.

Pode parecer que teria sido dispensável dar atenção aos argumentos de Hume sobre o divórcio, uma vez que o ponto de partida deste texto foi uma passagem que parece estar inserida em uma discussão mais específica sobre a poligamia. Ainda assim, observar o ensaio em sua totalidade permite extrair algumas considerações importantes. Pode-se ver, ao longo do texto, a aplicação de certos aspectos da teoria moral humiana segundo os quais cada sociedade teria, por conta de vivências que lhe são peculiares, estabelecido certas práticas em detrimento de outras. Como bem observou Limongi (2023), necessidades que digam respeito à vida social não incluem, em si, um modelo para sua satisfação, o que permitiria, no âmbito da teoria moral humiana, certa plasticidade a costumes e instituições, que poderiam ser bastante diferentes em sociedades distintas. Nas palavras de Gilles Deleuze (2001), “não podemos concluir que a instituição *se explica* pela tendência [...] Aqui está *uma* forma de casamento, *um* regime de propriedade. Por que *esse* regime e *dessa* forma? Mil outros são possíveis, que encontramos em outras épocas, em outros países” (p. 37).

Isso não implica, porém, que Hume tenha se proposto *apenas* a explicar a poligamia e os divórcios do ponto de vista dos modelos de civilização em que estariam inseridos. O aparato mobilizado ao longo do ensaio parece ter em vista a *recomendação* de um modelo particular de casamento. O autor constrói a discussão de modo a concluir que “A exclusão da poligamia e dos divórcios *recomenda suficientemente nossa prática europeia atual* no que diz respeito ao casamento” (Hume, 1985, p. 190, itálico meu)⁶. Ao ao falar sobre os costumes que constituem o tema do ensaio, Hume não pretende apenas diferenciá-los daqueles distintamente modernos e europeus, mas apresentar estes últimos como mais desejáveis. Para bem entender a recomendação feita pelo filósofo, então, é importante dar alguma atenção à maneira como

⁶ Como se sabe, não era incomum que pensadores do século XVIII discorressem sobre povos orientais vendo-os como “o outro”. Em alguns casos, como nas *Cartas Persas* de Montesquieu, isso permitia um recurso para analisar criticamente certos costumes da Europa dezoitista. Em *De Poligamia e Divórcios*, por outro lado, trata-se, de maneira bastante direta, de recomendar os costumes europeus, representando em luzes desfavoráveis aqueles que se vê em povos orientais.

ele considerou as relações entre os sexos, tais como estariam estabelecidas nos círculos de boa companhia de seu tempo. Trata-se, então, de cotejar, ainda que brevemente, as considerações de Hume acerca do casamento com aquelas sobre a sociabilidade polida.

III. A polidez e as relações entre os sexos

Como se sabe, algumas das considerações mais diretas de Hume acerca das relações entre homens e mulheres no âmbito da sociabilidade polida podem ser encontradas em *Do Surgimento e do Progresso das Artes e das Ciências*. Nesse texto, as artes que dependem do refinamento da sensibilidade são apresentadas, ao menos quando tomadas no estado em que o autor as encontra no seu próprio tempo, como o resultado de monarquias civilizadas, entendidas como aquelas que, afastando-se do despotismo, “tomam emprestadas suas leis, seus métodos e instituições e, conseqüentemente, sua estabilidade e sua ordem, dos governos livres” (Hume, 1985, p. 125). Nesse tipo de cenário, a necessidade de cortejar o favor dos grandes faz com que seja necessário que as pessoas aprendam a tornar-se agradáveis. Isso favorece o desenvolvimento das artes da conversação, em especial “aquela deferência ou civilidade mútua, que nos leva a abandonar nossas próprias inclinações em favor daquelas de nosso companheiro, e refrear aquela presunção e aquela arrogância tão naturais à mente humana” (Hume, 1985, p. 126).

Não à toa, a superioridade da polidez em tempos modernos teria surgido, segundo Hume, a partir de refinamentos decorrentes do que ele denomina as noções modernas de galanteria. Essa é uma pista interessante quando se considera que Hume já havia mostrado, anteriormente, adotar posições segundo as quais teria pensado o engendramento da galanteria moderna a partir de suas raízes góticas⁷. Isso fica relativamente claro para o leitor atento de uma seção relativamente conhecida do *Tratado da Natureza Humana*, aquela sobre modéstia e castidade. No oitavo parágrafo, vê-se a afirmação de que “A coragem, que é o ponto de honra entre os homens, deriva seu mérito, em grande medida, do artifício, bem como a castidade das mulheres” (Hume, 2007, p. 366). A consideração do “ponto de honra” em conjunto com virtudes femininas é algo presente em autores que têm em vista as origens cavaleirescas da galanteria, e que foram extensamente lidos por Hume, tais como Mandeville (2018) e Addison (2004)⁸.

⁷ Nesse sentido, é possível notar certa influência de Mandeville. Ver, a esse respeito, Tolonen (2014).

⁸ Ver, por exemplo, o número 99 de *The Spectator*.

Esse ponto fica bastante claro mesmo quando se considera um texto de juventude como o *Ensaio Histórico sobre a Cavalaria e a Honra dos Modernos*. Nele, a tradição da cavalaria é apresentada como resultado de certo desejo, por parte dos bárbaros que haviam conquistado Roma, de emular a glória dessa antiga civilização, mas sem qualquer conhecimento do que haveria constituído a glória dos romanos. Esse desejo de grandeza, aliado à ignorância, teria resultado em concepções excessivamente adornadas no que diz respeito às maneiras e ao heroísmo. A coragem, tão exaltada entre povos rudes, foi bastante exaltada, a tal ponto que se esperaria que um cavaleiro estivesse disposto a enfrentar todo tipo de vilões e gigantes. Entretanto, era preciso dar à coragem dos cavaleiros um ar de grande civilidade, o que teria sido possível pela valorização do amor, entendido nos termos de devoção excessiva ao sexo feminino:

10

Desse modo, uma senhora era tão necessária a um cavaleiro, ou cavaleiro errante, quanto um deus ou um santo a um devoto. E ele não se deteria aí, nem se contentaria com uma reverência e uma adoração submissa por uma única pessoa do belo sexo, mas estenderia, em algum grau, a mesma civilidade a todas e, por uma inversão curiosa da ordem da natureza, torná-las-ia superiores. (Hume, 2017, p. 161)

Não é o caso, entretanto, de equiparar os termos da galanteria medieval com sua contraparte moderna. No caso dos cavaleiros errantes, tanto sua coragem desmesurada quanto sua devoção pelo belo sexo teriam sido incompatíveis com a natureza e, além disso, o resultado de maneiras rudes. De qualquer modo, se o “ponto de honra” típico da cavalaria, os duelos que são mencionados em momento posterior do ensaio, será considerado inequivocamente pernicioso⁹, a galanteria, em sua versão moderna, se tornará bastante desejável. Diferentemente da galanteria cavaleiresca, que teria decorrido de uma “inversão curiosa da ordem da natureza”, aquela praticada entre os modernos procederia de uma afeição natural entre os sexos, refinada e polida pela educação. Além disso, ela seria um caso exemplar de situação em que pessoas de boa criação evitam a mostra de vícios ou de inclinações desagradáveis. Segundo Hume, um homem polido “aprende a se comportar com deferência com relação a seus companheiros, e a ceder-lhes a superioridade em todos os incidentes comuns da vida” (Hume, 1985, p.

⁹ Nas edições do ensaio publicadas de 1742 a 1768, Hume lembra, retomando um argumento também presente no número 99 de *The Spectator*, que a prática de duelos permite que haja homens que “são depravados, gastões e nunca pagam nada do que devem, mas são homens de honra, e, portanto, devem ser recebidos como cavalheiros” (Hume, 1985, p. 626).

132). Ao menos parte da utilidade das boas maneiras consistiria em evitar ressentimento ou receios por parte daqueles em situação considerada inferior. Por isso é que jovens redobriariam seu respeito quanto aos idosos (já com a saúde prejudicada), nações polidas tratariam com enorme civilidade os estrangeiros (indefesos que estão em um país estranho) e bons anfitriões estariam bastante dispostos a garantir que seus convidados se sentissem à vontade (mesmo estando nos domínios de outra pessoa). A galanteria seguiria princípios bastante semelhantes:

Uma vez que a natureza deu ao *homem* a superioridade sobre a *mulher*, dotando-o de força superior tanto de mente quanto de corpo, cabe a ele aliviar essa superioridade, tanto quanto possível, pela generosidade de seu comportamento, e por uma deferência e uma complacência estudadas quanto a todas as suas inclinações e opiniões. (Hume, 1985, p. 133)

Não há dúvida quanto ao tom elogioso com que Hume se refere a esse procedimento. Além de destacar os efeitos que a prática da galanteria pode ter no que diz respeito a refinar os sentimentos dos homens, ele a compara à maneira como homens bárbaros mostram sua superioridade sobre as mulheres, reduzindo-as “à escravidão mais abjeta, confinando-as, espancando-as, vendendo-as, matando-as”¹⁰ (Hume, 1985, p. 133).

Essas considerações permitem por em perspectiva momentos em que Hume parece defender uma condição de igualdade no interior do matrimônio. É o caso, por exemplo, do ensaio *Do Amor e do Casamento*. O texto, de caráter assumidamente satírico, introduz, inicialmente, a consideração de que o maior motivo de querelas no que diz respeito à vida conjugal é o amor das mulheres pelo poder. Depois de mencionar uma história segundo a qual mulheres citas teriam extirpado os olhos de seus maridos para que estes não tivessem mais domínio sobre elas, o filósofo afirma já ter se surpreendido com mulheres escocesas de seu próprio tempo que haviam escolhido parceiros tolos, para poderem governá-los com mais facilidade. Essa prática seria ainda mais bárbara que a das mulheres citas, tendo em vista que os olhos do entendimento são ainda mais valiosos que os do corpo. Em seguida, o filósofo pondera que a culpa pelo apego das mulheres ao poder seria dos homens: se eles não abusassem de sua autoridade, “elas jamais considerariam que vale a pena disputá-la” (Hume, 1985, p. 560). Com base nisso, Hume afirma que “poderia desejar que não houvesse pretensões de autoridade em

¹⁰ Esse tipo de comparação não era exatamente incomum: alguns anos mais tarde, por exemplo, seria retomado, com algumas variações, por Kames (2007).

nenhum dos lados, mas que tudo fosse conduzido com perfeita igualdade, como entre dois membros iguais do mesmo corpo” (Hume, 1985, p. 560).

Segue-se a retomada de um conhecido discurso que, em seu *Banquete*, Platão (2021) atribui a Aristófanes, e que relata o célebre mito segundo o qual homens e mulheres seriam o resultado de uma punição imposta a seres que haviam se tornado demasiadamente insolentes. Na obra de Platão, esses seres primevos poderiam ser andróginos (“homens-mulheres”, para lembrar os termos empregados por Hume) ou compostos que tivessem, de maneira duplicada, as características de apenas um sexo. Zeus, ou Júpiter, na versão de Hume, teria punido essas criaturas dividindo cada uma delas em duas. Como resultado, seres humanos seriam incapazes de obter verdadeira tranquilidade e felicidade até que encontrassem sua, por assim dizer, outra metade. Como observa Eugene Miller¹¹ em nota apensada ao texto, a versão apresentada por Hume é imprecisa. Nela, faz-se referência apenas aos andróginos, compostos de características masculinas e femininas, que, ao serem divididos, darão origem a homens e mulheres, que, posteriormente, separados por Zeus, procurarão se reencontrar. Seja como for, o mais importante, aqui, é uma espécie de complemento que Hume apresenta à história contada por Platão. Júpiter, compadecido ao observar a crueldade com que havia punido os pobres mortais, teria encarregado Amor e Himeneu de “coletar as metades quebradas da espécie humana e juntá-las da melhor maneira possível” (Hume, 1985, p. 561). Porém, a situação teria se tornado insustentável porque Himeneu era aconselhado pelo Cuidado, que se preocupava apenas com “prospectos de futuro, estabilidade, família, filhos e servos”, e Amor era aconselhado por Prazer, que valorizava “gratificação momentânea, ou a satisfação da inclinação prevalente” (Hume, 1985, p. 562). Isso teria exigido uma intervenção de Júpiter, que resolveu o caso ordenando a reconciliação imediata de Amor e Himeneu, que, a partir daquele momento, não poderiam juntar um casal sem obter o consentimento tanto de Cuidado quanto de Prazer. Apenas a observância estrita dessa ordem garantiria que um andrógino fosse perfeitamente restaurado.

Os acréscimos de Hume ao relato platônico são reveladores. Faz sentido que, ao tratar do tema do casamento, Hume tenha se concentrado nos andróginos, deixando de lado outros tipos de criaturas que apareciam no texto platônico, mas essa escolha chama a atenção para a possibilidade de diferenças de natureza entre homens e mulheres. Sabe-se que, em muitos autores do século XVIII, como Addison (2004, número 128) e Rousseau (2023), esse discurso, mesmo quando não era empregado para justificar

¹¹ Ver Hume, 1985, p. 560.

diretamente uma relação de subordinação de mulheres com relação aos homens, era empregado para atribuir às mulheres características como arroubos de paixão e certa tendência à futilidade, bem como para colocá-las em lugar de apenas agradar os homens ou, no máximo, colaborar com certas melhorias nos caracteres de seus parceiros. Nesse sentido, as mulheres seriam avaliadas pelos bons efeitos que tivessem sobre os homens. Caso Hume tenha tido em mente as concepções que emanam de textos desse tipo, é possível interpretar o que ele tem a dizer sobre a restauração do andrógino em termos tais que, em um casamento feliz, homens devem aprender com as mulheres a não serem apenas “cuidadosos”, e mulheres devem aprender com os homens a não serem excessivamente “amorosas”. Isso, aliás, estaria em consonância com observações pouco lisonjeiras que ele faz sobre as mulheres em outros textos, como *Do Estudo da História*¹².

Talvez pontos mais importantes para a discussão atual possam ser depreendidos dos momentos iniciais do texto. Não se pode perder de vista que, dada a maneira como o ensaio está formulado, Hume não afirma que considera a igualdade entre homens e mulheres no casamento como necessariamente o melhor arranjo. O que se vê é que, diante de um quadro estabelecido de disputas desmesuradas, ele “poderia desejar que não houvesse pretensões de autoridade”. Isso implica que o exercício da autoridade por parte dos homens não seria, por si só, danoso. Trata-se, antes, de solucionar um problema prático, a saber, o desejo das mulheres por poder. Tendo em vista que este resulta de um “abuso”, seria possível pensar que, caso os homens exercessem seu domínio sem ultrapassar os limites adequados, não haveria inconvenientes. “Tiranos”, diz Hume, “produzem rebeldes, e a história nos informa que rebeldes, quando saem vitoriosos, estão prontos a, por sua vez, tornar-se tiranos” (Hume, 1985, p. 560). Se a igualdade é mais desejável que a tirania, isso não quer dizer que seja, necessariamente, mais vantajosa que o exercício de uma autoridade exercida nos limites adequados e de maneira gentil. Mesmo uma eventual igualdade em termos práticos se estabeleceria mediante uma concessão dos homens, como forma de exercer sua superioridade, quando se considera o texto de *Do Surgimento e do Progresso das Artes e das Ciências*.

O quadro que começa a emergir é suficientemente claro. Em uma sociedade polida, em que homens bem-criados exercem sua superioridade sobre as mulheres tratando-as com “civildade, respeito, complacência e, em uma palavra, galanteria” (Hume, 1985, p. 133), seria de se esperar a

¹² Mesmo em ensaios como *Da Escrita de Ensaio*, em que se vê elogios efusivos, por exemplo, ao gosto feminino, Hume destaca a propensão feminina a se impressionar, em certos casos, mais com a força do que com a justeza da paixão.

prevalência de um modelo de casamento em que homens fossem “amantes, amigos e patronos” das mulheres. Trata-se de um modelo que hoje poderia ser considerado problemático¹³, mas há, é claro, a possibilidade de que Hume estivesse sendo bastante generoso com o belo sexo, dadas as circunstâncias das discussões sobre a natureza feminina que haveria à época. Sabe-se que, em sua discussão sobre a galanteria, o filósofo se aproxima de teses que teriam sido endossadas não apenas por Mandeville (2018) e Addison (2004), mas também por Shaftesbury¹⁴ (2003) e Kames (2007). É curioso, porém, que discussões sobre esses temas frequentemente deixem de lado posições de autoras mulheres. Recorrer a elas talvez permita esclarecer que as posições de figuras mais conhecidas das luzes britânicas podem ter posto de lado certos elementos importantes, e bastante concretos, das relações entre os sexos. Para chamar a atenção para a necessidade de corrigir esse tipo de distorção, talvez seja pertinente apresentar, a seguir, as posições acerca desse tema, e, mais particularmente, do casamento, que se encontram a partir de autoras da Inglaterra dezoitista. Dois bons exemplos podem ser encontrados em escritos como os de Mary Astell e os de Sarah Chapone.

14

IV. Perspectivas femininas

Mary Astell é conhecida, principalmente, por suas concepções acerca da educação feminina, expressadas em *A Serious Proposal to the Ladies, for the Advancement of their True and Greatest Interest*, publicada anonimamente em 1696. Trata-se de uma obra que antecipa pontos importantes que, algumas décadas mais tarde, seriam importantes para os argumentos da *Vindication* de Mary Wollstonecraft. A filósofa estabelece, por exemplo, a ideia de que, sendo dotadas de alma e, portanto, de racionalidade, as mulheres deveriam ter o direito a uma educação sistemática, que as preparasse efetivamente para a conduta da vida. Não é o caso de analisar em detalhes a “séria proposta” da autora. É importante, por outro lado, lembrar que essa proposta passa pelo estabelecimento de um “retiro religioso” em que mulheres possam se dedicar aos estudos e conviver de modo a ajudar umas às outras. Não há como negar as inspirações religiosas da filósofa, que elogia o cristianismo tal como praticado pela Igreja da Inglaterra. De qualquer modo, interessa, aqui, principalmente, certa desconfiança que ela manifesta com relação ao casamento. Essa desconfiança, vale dizer, independe de quaisquer bases

¹³ Ver, por exemplo, Balieiro (2024), Battersby (1980), Lacoste (1976) e Pulley (2020).

¹⁴ Na *Carta sobre o Entusiasmo*, a natureza feminina é caracterizada como “impotente”, em oposição à masculina. Ver Shaftesbury (2003, p. 20).

teológicas¹⁵. Isso fica evidente a partir da observação de que, a certa altura, a autora apresenta como uma das grandes vantagens da participação em seu projeto o fato de que uma mulher que tenha

[...] mais dinheiro do que critérios não precisa maldizer sua sorte por estar exposta à predação de abutres tão inoportunos e rapaces. Aqui, ela não será manipulada ou enganada, nem será comprada ou vendida, nem forçada a se casar para ter sossego quando não tiver qualquer inclinação para isso [...] Ou, se estiver disposta a casar, poderá permanecer em segurança até que um par conveniente lhe seja oferecido por suas amigas, e estará livre do risco de um casamento desonroso. (Astell, 1697, p. 99)

Esse tipo de preocupação se tornaria ainda mais evidente com a publicação, em 1700, de *Some Reflections upon Marriage*, obra “inspirada” pelo caso de Hortense Mancini¹⁶. Depois de alguns comentários sobre o caso desolador da sobrinha de Mazarino, Astell empreende considerações de cunho geral sobre o casamento. Ela afirma que “a instituição cristã do casamento provê o que há de melhor no que diz respeito à paz e ao contentamento domésticos, e à educação das crianças” (Astell, 1700, p. 11). Entretanto, não há como negar que há muito poucos casamentos felizes, e “não deve causar espanto que tão poucos sejam bem sucedidos, devemos nos surpreender que tantos tenham sucesso, considerando-se quão imprudentemente os homens se comprometem, os motivos pelos quais agem e a conduta muito estranha que observam” (Astell, 1700, p. 12). No cenário em questão, as mulheres apenas decidiriam aceitar ou não as propostas de seus pretendentes. Estes, por sua vez, poderiam propor casamentos por motivos frequentemente relacionados à obtenção de bons dotes, à luxúria ou a outras razões egoístas. Como resultado, mesmo admitindo que, segundo as Escrituras, as mulheres deveriam se submeter a seus maridos, a autora

¹⁵ Seria possível defender que a defesa da religião e da castidade feita por Astell seria importante, também, no sentido de proteger mulheres contra abusos como autoritarismo, violência física e dilapidações de patrimônio que poderiam ser promovidas por maus maridos. Ver, a esse respeito, Astell (1700) e Perry (1980).

¹⁶ Sobrinha do Cardeal Mazzarino, casou-se, aos 14 anos, com Armand Charles de La Porte de La Meilleraye, um dos homens mais ricos da Europa à época. Com a morte de Mazarino, seu marido ganhou acesso a toda a herança de sua esposa. Ainda assim, Armand-Charles era extremamente ciumento, além de mentalmente perturbado. Entre outras coisas, ele proibia amas de leite de fazer seu trabalho, por achar que mesmo as tetas das vacas tinham conotação sexual. Além disso, mandou arrancar os dentes de suas servas mulheres, para que não atraíssem o desejo dos homens, mandou pintar ou quebrar as “partes sujas” de suas obras de arte e proibiu que sua esposa tivesse qualquer contato com outros homens, ainda que ele próprio tivesse diversas amantes.

constrói toda a argumentação do texto levando em conta que abusos dessa autoridade por parte dos homens são bastante comuns. É verdade que parte da obra é dedicada a conselhos que possam ajudar mulheres evitar esse tipo de situação, como, por exemplo, aceitar casamentos que sejam baseados em uma amizade sólida, constituída previamente. Ainda assim, fica bastante claro que esse tipo de conselho só é necessário porque, no geral, casos concretos de casamento têm grandes chances de se mostrarem desvantajosos.

16 Considerações particularmente chocantes a esse respeito podem ser encontradas em *The Hardships of the English Laws in relation to Wives*, publicado alguns anos depois por Sarah Chapone, na forma de um apelo ao parlamento inglês. A tese central dessa obra é que, privadas até mesmo do direito de propriedade, que inicialmente caberia a seus pais e, depois, a seus maridos, as mulheres estariam em situação tal que sequer desfrutariam de todos os direitos básicos de cidadania. Além disso, tendo em vista o fato de a autora se dirigir aos legisladores, ela toma para si a tarefa importante de mostrar os efeitos de casos reais. Entre os primeiros exemplos citados, estão o de uma mulher presa por seu marido em um porão sujo, tendo apenas pão mofado para se alimentar. Outro que vale a pena destacar diz respeito a um suicídio motivado por sucessivos maus tratos. No primeiro caso, o marido não foi punido porque, após a denúncia, constatou-se que a mulher tinha algo para comer (mesmo que fosse apenas pão mofado). No segundo, também não houve punição porque não havia sido o marido a empurrar sua esposa da janela. A partir desses e de outros relatos, a pensadora conclui que “maridos tem um poder mais aflitivo que aquele sobre a vida e a morte” (Chapone, 1735, p. 11). Isso porque, segundo ela, “nossas leis permitem que o marido disponha completamente da pessoa de sua esposa, mas ela não parece ter qualquer propriedade sobre a dele” (Chapone, 1735, p. 17).

Tanto em Astell como em Chapone, portanto, vê-se, a partir de pontos de vista diferentes, a consideração de que o casamento, tal como usualmente se dava à época, poderia ser bastante desvantajoso para as mulheres, uma vez que se constituiria em um instrumento para sua sujeição, frequentemente de maneira aviltante. Não é o caso de criticar Astell por conta de sua adesão aos preceitos da Igreja da Inglaterra, o que a tornaria, por princípio, refratária aos ideais de sociabilidade defendidos por autores como Hume. Do mesmo modo, não constitui demérito à posição de Chapone o fato de ela criticar de maneira incisiva uma suposta decadência moral da sociedade inglesa de seu tempo. Ambas se mostram preocupadas com os efeitos do casamento não a partir de considerações teológicas, mas de uma observação cuidadosa de casos concretos, que muitas vezes eram amplamente conhecidos. A adesão das autoras a princípios religiosos tradicionais, nesse caso, parece tornar

seus argumentos mais impactantes. Trata-se, afinal, não de escritoras que assumem posições revolucionárias acerca das relações entre os sexos, ou que desejam atacar o próprio casamento como instituição, mas de duas pensadoras que teriam defendido, a partir das Escrituras, que a mulher deve ter posição submissa no casamento. Se elas escreveram motivadas pelos abusos e as violências a que maridos submetiam suas esposas, depreende-se que os casos que as motivaram teriam sido considerados intoleráveis até mesmo para mulheres dispostas a acatar a autoridade masculina.

V. À guisa de conclusão

Como já foi visto, parte dos motivos que levam Hume a elogiar o “modelo europeu” de casamento decorre de certas considerações segundo as quais ele adviria de um modelo de relação entre os sexos que estaria inserido em um cenário no qual maridos se comportariam, com relação a suas esposas, como amantes, parceiros ou patronos. Essa concepção acerca do casamento seria consonante com as observações do autor sobre a maneira como homens devem tratar as mulheres em uma sociedade polida. Não se trata, aqui, de repetir certas reprimendas que alguns estudiosos já fizeram ao autor. Também não se trata de negar que o pensamento humiano possa ser interessante quando se trata de constituir um aparato conceitual para defender, ainda hoje, os direitos das mulheres. Por outro lado, sabe-se que há comentadores que defendem, com boas razões, que o filósofo teria feito observações inequivocamente sexistas ao se referir especificamente às relações entre os sexos¹⁷.

O que se pretende ter mostrado, aqui, é algo distinto, que talvez mereça mais atenção: para um leitor que não tenha em vista informações contextuais importantes, a concepção de casamento defendida por Hume, assim como suas posições sobre diferenças entre os sexos, pode parecer, mesmo na pior das hipóteses, o resultado das ideias um cavalheiro que teria aderido às convenções de seu tempo¹⁸. Alguma atenção ao que autoras relevantes da época teriam a dizer acerca do tema, porém, contam uma história diferente. Isso porque, levadas a sério, elas deixam claro que, em que pesem os motivos pelos quais a cultura da polidez poderia ser considerada como um avanço, ela teria sido considerada, já à época, como insuficiente para colocar as

¹⁷ Para alguns exemplos, ver a nota 9, acima.

¹⁸ Monteiro (2003), por exemplo, considerou que, ao discorrer sobre modéstia e castidade no *Tratado da Natureza Humana*, Hume não teria incorrido em sexismo, por ter explicado como essas características vieram a ser consideradas virtudes, mas não as ter defendido como naturais ou necessárias. Por outro lado, haveria textos em que o filósofo teria se referido às mulheres nos termos que seriam esperados para um cavalheiro da época.

mulheres em situação realmente desejável, particularmente no que tange à situação de mulheres casadas. Inglesas do século XVIII talvez estivessem em posição melhor que mulheres de tempos bárbaros, mas sua situação seria no mínimo, ainda, a de uma cidadania pela metade, e, a julgar por textos como o de Chapone, ainda não estariam livres do risco de serem, para retomar os termos de Hume, submetidas a servidão abjeta, espancadas ou mortas. É verdade que, tendo em vista as considerações do filósofo em *Do Amor e do Casamento*, ele parecia consciente de certos “abusos de autoridade” por parte dos homens, e não os endossava. Entretanto, o tom bem-humorado do texto pode indicar que Hume tinha em mente, nesse ensaio, problemas conjugais muito menos graves do que casos de brutalidade, ou de dilapidação do patrimônio. Além disso, ele certamente endossava um modelo de casamento que, de um ponto de vista feminino, poderia parecer bastante propício ao surgimento de violências. As observações de Hume acerca de disputas de autoridade no âmbito do matrimônio, como espero ter mostrado, são colocadas em chave bastante diferente daquela que se vê em pensadoras como Astell e Chapone.

18

Igualmente importante é um problema teórico que emerge a partir daí: parece haver uma discrepância considerável entre o que autores homens do período diziam sobre os benefícios da sociabilidade polida, e do modelo de casamento vigente à época, e a percepção que parte das mulheres teria disso. Dar atenção a obras escritas por filósofas, portanto, seria essencial na medida em que permitiria alcançar um ponto de vista mais equilibrado sobre esse tema. Trata-se de uma questão preocupante, ainda mais quando lembramos que, em *An Essay in Defence of the Female Sex*, texto frequentemente atribuído a Mary Astell, já se encontrava a consideração de que não foi pouco o que os homens fizeram para diminuir textos escritos por mulheres, ou mesmo apagá-los da história^{19 20}.

¹⁹ É interessante lembrar, quanto a esse ponto, as observações de Green (2014), que destaca que mulheres que pretendessem se tornar escritoras eram, frequentemente, acusadas de impudência (o que talvez explique, em parte, até mesmo a defesa da castidade feita por Astell).

²⁰ Agradeço a Alana Café, Carlota Salgado e Mariana Santos por discussões que colaboraram imensamente para fortalecer os argumentos desenvolvidos ao longo deste trabalho. Do mesmo modo, agradeço a Livia Guimarães e Franco Soares por terem, em eventos ocorridos no ano de 2023, apresentado questões que me chamaram a atenção para aspectos que precisariam ser explicitados com maior clareza. Agradeço, também, aos avaliadores anônimos da revista *Praxis Filosófica*, cujas observações colaboraram imensamente para melhorias realizadas no texto.

Referências Bibliográficas

- Addison, J (2004). *The Spectator, Volumes 1, 2 and 3*. Project Gutenberg
- Astell, M. (1697). *A Serious Proposal to the Ladies, for the Advancement of their True and Greatest Interest*. Richard Wilkin.
- Astell, M. (1700). *Some Reflections upon Marriage, Occasion'd by the Duke and Dutchess of Mazarine's Case, Which is also considered*. John Nutt.
- Baier, A. (1979). Good Men's Women: Hume on Chastity and Trust. *Hume Studies*, 5(1), 1-19. <https://dx.doi.org/10.1353/hms.1979.a389405>
- Balieiro, M. (2024). As mulheres no pensamento de David Hume: uma reconsideração. *Discurso*, 54(2), 148-164. <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.2024.230763>
- Battersby, C. (1980). An Enquiry concerning the Humean Woman. *Philosophy*, 56(217), 303-312. <https://doi.org/10.1017/S0031819100050294>
- Chapone, S. (1735). *The Hardships of the English Laws in relation to Wives*. W. Bowyer.
- Deleuze, G. (2001). *Empirismo e Subjetividade*. Editora 34.
- Green, K. (2014). *A History of Women's Political Thought in Europe, 1700-1800*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781316084496>
- Guimarães, L. (2004). The Gallant and the Philosopher. *Hume Studies*, 30(1), 127-148. <https://doi.org/10.1353/hms.2011.0218>
- Hume, D. (1985). *Essays Moral, Political and Literary*. Indianapolis. Liberty Fund.
- Hume, D. (2007). *A Treatise of Human Nature*. Oxford University Press.
- Hume, D. (2017). Um Ensaio Histórico sobre a Cavalaria e a Honra dos Modernos. *Prometeus*, 10(23), 153-163.
- Kames, H. H. (2007). *Sketches of the History of Man*. Liberty Fund.
- Lacoste, L. M. (1976). The Consistency of Hume's Position Concerning Women. *Dialogue*, 15(3), 425-440. <https://doi.org/10.1017/S0012217300022393>
- Limongi, M. (2023). *Hume, a Justiça e o Pensamento Político Moderno*. Alameda.
- Mandeville, B. (2018). *A Fábula das Abelhas*. UNESP.
- Monteiro, J. P. (2003). Hume e a Trivial Diferença. En J. P. Monteiro (Autor), *Novos Estudos Humeanos* (pp. 163-182). Discurso Editorial.
- Perry, R. (1980). The Veil of Chastity: Mary Astell's Feminism. *Studies in Eighteenth-Century Culture*, 9, 25-43. <https://doi.org/10.1353/sec.1980.0004>
- Platão. (2021). *O Banquete*. Loyola.
- Pulley, R. (2020). Naturaleza humana y naturaleza feminina: el estatus de la mujer en los escritos de David Hume. *Sigle Dieciocho*, (1), 155-177.
- Rousseau, J.-J. (2023). *Emílio ou Da Educação*. UNESP.
- Shaftesbury, Anthony Ashley Cooper. (2003). *Characteristics of Men, Manners, Opinions, Times*. Cambridge University Press.
- Tolonen, M. (2014). The Gothic Origins of Modern Civility. Mandeville and Scots on Courage. *Journal of Scottish Philosophy*, 12(1), 51-69. <https://doi.org/10.3366/jsp.2014.0062>